EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA ROSA/RS:

PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 028/1.16.0002800-0

GENIL ANDREATTA, Administrador Judicial de **TRANSPORTE CISNE LTDA** (em Recuperação Judicial), vem, perante Vossa Excelência, no cumprimento do art. 7º, §2º, da Lei 11.101/05, dizer e requer o segue:

1. ESCLARECIMENTO INICIAL:

Este Administrador Judicial apresenta o atendimento no prazo legal da obrigação prevista no art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005, *in verbis*:

Art. 7º A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.

§2º O administrador judicial, com base nas informações e documentos colhidos na forma do caput e do §1º deste artigo, fará publicar edital contendo a relação de credores no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado do fim do prazo do §1º deste artigo, devendo indicar o local, o horário e o prazo comum em que as pessoas indicadas no art. 8º desta Lei terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração dessa relação.

Desta forma, tendo em vista a intimação desse administrador judicial em 13/06/2016 (DJE Nº 5.811), cujo prazo final para esse administrador judicial manifestar-se é 12/08/2016.

Por fim, segue abaixo as impugnações/divergências e habilitações opostas pelos credores, minuciosamente e detalhadamente examinadas por este Administrador Judicial nomeado, Dr. Genil Andreatta, e sua equipe de advogados e contadores.

2. DAS DIVERGÊNCIAS APRESENTADAS:

O Edital previsto no art. 52, §1º, d a LFR, com a relação dos credores, foi considerado publicado no dia **13/06/2016**, findando o prazo para eventuais habilitações e ou divergências dos credores em **28/06/2016**.

No prazo legal houve manifestação dos credores, COOP. DE CRÉDITO LIVRE ADMISSÃO DE ASSOC. SERRO AZUL – SICREDI UNIÃO RS; BANCO BRADESCO S.A; CANTU COMERCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA e CPX DISTRIBUIDORA; IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A; STÜRMER, CORRÊA DA SILVA, JAEGER & SPINDLER DOS SANTOS ADVOGADOS e IMPORT DIRECT IMPORTADORA E COMERCIAL LTDA.

Destarte, a seguir a análise de cada uma das divergências e habilitações apresentadas:

1) COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SERRO AZUL – SICREDI UNIÃO RS (processo administrativo TC 001/2016).

DO VALOR DECLARADO NO EDITAL PELA RECUPERANDA: O Edital previsto no art. 52, §1º, da LFR, com a relação dos credores, foi considerado publicado no dia 13/06/2016, findando o prazo para eventuais habilitações e ou divergências dos credores em 28/06/2016.

Consta no edital da Recuperanda o valor de R\$

530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), na Classe III – Credores Quirografários.

DOS DOCUMENTOS FORNECIDOS PELA CONTABILIDADE: A Recuperanda forneceu planilha de cálculo do contrato nº B53733143-1 do Sicredi, com saldo de R\$ 594.979,52; carteira de contratos junto ao Bradesco conta nº 20.234-7; Balancetes dos meses de Maio e Junho de 2016, com saldos dos exercícios de R\$ 67.451,81 e R\$ 90.784,92; além de planilhas de crédito em favor dos credores Ipiranga Prod. De Petróleo (crédito R\$ 60.029,50), CPX Distribuidora de Pneus (crédito R\$ 11.352,00) e Cantu Com. De Pneumáticos (crédito R\$ 17.749,99).

DECISÕES DE 1º E 2º GRAU: Não há decisões judiciais a respeito do crédito.

DA HABILITAÇÃO APRESENTADA: O credor informa que seu crédito é oriundo da Cédula de Crédito Bancário nº B53733143-1, firmada em 06.07.2015, no valor de R\$ 600.000,00, garantida por alienação fiduciária.

Refere ainda que o valor atualizado do crédito é de R\$ 592.235,68, atualizado até 19/05/2016, requerendo assim a habilitação do valor na classe II – credores com garantia real.

Junta Cédula de Crédito Bancário nº B53733143-1, planilha de cálculo e as certidões dos veículos junto ao Detran/RS.

POSIÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL: Trata-se de divergência quanto ao valor e a classificação do crédito.

A presente divergência é tempestiva, pois o Edital foi publicado em 13/06/2016, findando o prazo para eventuais habilitações/divergências em 28.06.2016, tendo o credor apresentado habilitação em 24/06/2016.

Analisando os documentos anexados, em relação a alienação sobre os bens dados em garantia, observo claramente que houve o devido registro nas certidões dos veículos, conforme documentos anexados.

Dessa forma, importante frisar que segundo o disposto no art. 49, §3º, da LRF, o valor do crédito não estaria sujeito aos efeitos da recuperação judicial.

Entretanto, considerando a manifestação do credor quanto ao pedido de habilitação do valor, faz jus a retificação do mesmo, devendo contar no edital o valor de R\$ 592.235,68 (quinhentos e noventa e dois mil duzentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos), na classe II – credores com garantia real.

2) BANCO BRADESCO S.A (processo administrativo TC 002/2016).

DO VALOR DECLARADO NO EDITAL PELA RECUPERANDA: O Edital previsto no art. 52, §1º, da LFR, com a relação dos credores, foi considerado publicado no dia 13/06/2016, findando o prazo para eventuais habilitações e ou divergências dos credores em 28/06/2016.

Consta no edital da Recuperanda o valor de R\$ 91.175,00 (noventa e um mil cento e setenta e cinco reais), na Classe III – Credores Quirografários.

DOS DOCUMENTOS FORNECIDOS PELA CONTABILIDADE: A Recuperanda forneceu planilha de cálculo do contrato nº B53733143-1 do Sicredi, com saldo de R\$ 594.979,52; carteira de contratos junto ao Bradesco conta nº 20.234-7; Balancetes dos meses de Maio e Junho de 2016, com saldos dos exercícios de R\$ 67.451,81 e R\$ 90.784,92; além de planilhas de crédito em favor dos credores Ipiranga Prod. De Petróleo (crédito R\$ 60.029,50), CPX Distribuidora de Pneus (crédito R\$ 11.352,00) e Cantu Com. De Pneumáticos (crédito R\$ 17.749,99).

DECISÕES DE 1º E 2º GRAU: Não há decisões judiciais a respeito do crédito.

DA HABILITAÇÃO APRESENTADA: O credor informa que seu crédito é oriundo da Cédula de Crédito Bancário nº 0792897-1, no valor de R\$ 45.144,09, contrato Descoberto em Conta nº 20234-7, Ag. 3276, no valor de R\$ 3.835,54 e a Cédula de Crédito Bancário nº 0782983-3, garantida por alienação fiduciária de veículos.

Informa que o valor do crédito referente a Cédula de Crédito Bancário nº 0782983-3, não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, face ao disposto no art. 49, §3º, da LRF, requerendo assim a exclusão do mesmo.

Quanto aos demais contratos, requer a retificação do valor constante no edital, passando a constar o valor de R\$ 48.979,63.

Junta as Cédulas de Crédito Bancário nº 0792897-1 e 0782983-3, planilhas de cálculos e as certidões dos veículos junto ao Detran/RS.

POSIÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL: Trata-se de divergência quanto ao valor e a classificação do crédito.

A presente divergência é tempestiva, pois o Edital foi publicado em 13/06/2016, findando o prazo para eventuais habilitações/divergências em 28.06.2016, tendo o credor apresentado habilitação em 27/06/2016.

Analisando o cálculo juntado relativo ao contrato Descoberto em Conta nº 20234-7, Ag. 3276, o valor do crédito foi devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, ou seja, 19/05/2016. Assim, faz jus o credor a retificação do valor, passando a constar o montante de R\$ 3.835,54.

Quanto a Cédula de Crédito Bancário nº 0792897-1, considerando que o cálculo juntado está atualizado até 19/05/2016, faz jus igualmente a retificação do valor, passando a constar o montante de R\$ 45.144,09.

Por fim, em relação a Cédula de Crédito Bancário nº 0782983-3, o credor comprovou o registro da alienação sobre os bens móveis, em observância com o disposto no art. 49, §3º, da LRF.

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

§3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

Assim, face a comprovação do registro das garantias, o crédito não se submete aos efeitos da recuperação judicial, devendo assim ser excluído do quadro geral de credores.

Dessa forma, concorda este administrador judicial nos seguintes termos:

a) retificação do valor total do crédito disponibilizado na classe III – credores quirografários, passando a constar o valor de R\$ 48.979,63 (quarenta e nove mil novecentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos), relativo ao contrato Descoberto em Conta nº 20234-7 (Ag. 3276) e a Cédula de Crédito Bancário nº 0792897-1;

b) exclusão do crédito relativo a Cédula de Crédito Bancário nº 0782983-3, eis que o credor comprovou o registro da garantia dos bens móveis, face ao disposto no art. 49, §3º, da LRF.

3) CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA e CPX DISTRIBUIDORA LTDA (processo administrativo TC 003/2016).

DO VALOR DECLARADO NO EDITAL PELA RECUPERANDA: O Edital previsto no art. 52, §1º, da LFR, com a relação dos credores, foi considerado publicado no dia 13/06/2016, findando o prazo para eventuais habilitações e ou divergências dos credores em 28/06/2016.

Consta no edital da Recuperanda o valor de R\$ 2.218,74 (dois mil duzentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos), em favor do credor CANTU COM. DE PNEUMÁTICOS LTDA e o valor de R\$ 7.095,00 (sete mil noventa e cinco reais), em favor do credor CPX DISTRIBUIDORA LTDA, ambos na Classe III – Credores Quirografários.

DOS DOCUMENTOS FORNECIDOS PELA CONTABILIDADE: A Recuperanda forneceu planilha de cálculo do contrato nº B53733143-1 do Sicredi, com saldo de R\$ 594.979,52; carteira de contratos junto ao Bradesco conta nº 20.234-7; Balancetes dos meses de Maio e Junho de 2016, com saldos dos exercícios de R\$ 67.451,81 e R\$ 90.784,92; além de planilhas de crédito em favor dos credores Ipiranga Prod. De Petróleo (crédito R\$ 60.029,50), CPX Distribuidora de Pneus (crédito R\$ 11.352,00) e Cantu Com. De Pneumáticos (crédito R\$ 17.749,99).

DECISÕES DE 1º E 2º GRAU: Não há decisões judiciais a respeito do crédito.

DA HABILITAÇÃO APRESENTADA: O credor informa que seu crédito em relação a CPX DISTRIBUIDORA LTDA, no valor de R\$ 7.095,00, está corretamente habilitado.

Já em relação a empresa CANTU COM. DE PNEUMÁTICOS LTDA, referiu que seu crédito é oriundo da NF-e nº 51431, na qual foi efetuada a venda de pneus a Recuperanda, no valor total de R\$ 17.749,99, valor este que originou a emissão de 08 duplicatas no valor de R\$ 2.218,75 cada.

Refere que das duplicatas emitidas a Recuperanda, as parcelas “04” e “08” restaram inadimplidas, restando um crédito no valor de R\$ 4.437,49 em favor do credor CANTU COM. DE PNEUMÁTICOS LTDA, e não o valor inicialmente referido de R\$ 2.218,74.

Concorda com o valor disponibilizado em favor de CPX DISTRIBUIDORA LTDA, requerendo entretanto a retificação do valor constante no edital em favor de CANTU COM. DE PNEUMÁTICOS LTDA, passando a constar o valor de R\$ 4.437,49.

Junta NF-e 51431, com o canhoto de entrega devidamente assinado, comprovando assim o crédito referido.

POSIÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL: Trata-se de divergência quanto ao valor do crédito.

A presente divergência é tempestiva, pois o Edital foi publicado em 13/06/2016, findando o prazo para eventuais habilitações/divergências em 28.06.2016, tendo o credor apresentado habilitação em 23/06/2016.

Aduzem as credoras CANTU COM. DE PNEUMÁTICOS LTDA e CPX DISTRIBUIDORA LTDA, pertencerem ao mesmo grupo econômico, sendo que analisando o contrato social das mesmas, verifica-se que a informação é verdadeira.

Analisando a NF-e 51431, bem como o comprovante de entrega das mercadorias, faz jus o credor CANTU COM. DE PNEUMÁTICOS

LTDA a retificação do valor constante no edital.

Dessa forma, concorda este administrador judicial nos seguintes termos:

a) retificação do valor do crédito disponibilizado em favor do credor CANTU COM. DE PNEUMÁTICOS LTDA, passando a constar o valor de R\$ 4.437,49 (quatro mil quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta e nove centavos), na classe III – credores quirografários, face a NF-e 51431 juntada;

b) permanência do valor de R\$ 7.095,00 (sete mil noventa e cinco reais), em favor do credor CPX DISTRIBUIDORA LTDA, ambos na Classe III – Credores Quirografários, face a concordância do credor em relação ao crédito.

4) IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A (processo administrativo TC 004/2016).

DO VALOR DECLARADO NO EDITAL PELA RECUPERANDA: O Edital previsto no art. 52, §1º, da LFR, com a relação dos credores, foi considerado publicado no dia 13/06/2016, findando o prazo para eventuais habilitações e ou divergências dos credores em 28/06/2016.

Consta no edital da Recuperanda o valor de R\$ 60.029,50 (sessenta mil vinte e nove reais e cinquenta centavos), na Classe III – Credores Quirografários.

DOS DOCUMENTOS FORNECIDOS PELA CONTABILIDADE: A Recuperanda forneceu planilha de cálculo do contrato nº B53733143-1 do Sicredi, com saldo de R\$ 594.979,52; carteira de contratos junto ao Bradesco conta nº 20.234-7; Balancetes dos meses de Maio e Junho de 2016, com saldos dos exercícios de R\$ 67.451,81 e R\$ 90.784,92; além de planilhas de crédito em favor dos credores Ipiranga Prod. De Petróleo (crédito

R\$ 60.029,50), CPX Distribuidora de Pneus (crédito R\$ 11.352,00) e Cantu Com. De Pneumáticos (crédito R\$ 17.749,99).

DECISÕES DE 1º E 2º GRAU: Não há decisões judiciais a respeito do crédito.

DA HABILITAÇÃO APRESENTADA: O credor informa que o valor de seu crédito disponibilizado no edital apenas lastreou os valores das notas fiscais, sem contudo, considerar os encargos moratórios expressamente previstos nas próprias notas fiscais.

Assim, requer a retificação do valor constante no edital, passando a constar o montante de R\$ 85.437,65.

Junta NF-e 157.303, 157.565, 158.054, 158.486 e 158.687, com os canhotos de entrega devidamente assinados.

POSIÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL: Trata-se de divergência quanto ao valor do crédito.

A presente divergência é tempestiva, pois o Edital foi publicado em 13/06/2016, findando o prazo para eventuais habilitações/divergências em 28.06.2016, tendo o credor apresentado habilitação em 27/06/2016.

Entende o credor que o valor do seu crédito deve observar as disposições apostas nas NF-e, ou seja, em caso de inadimplência a cobrança devem incidir: atualização monetária, juros de 1% ao mês e multa de 10% sobre o valor devido em cada nota fiscal.

Ocorre que, a nota fiscal eletrônica não é título executivo capaz de ensejar os encargos moratórios referidos. Caberia ao credor protestar as duplicatas geradas através dos dados contidos nas notas fiscais eletrônicas, a fim de possibilitar a cobrança de tais encargos.

Dessa forma, a fim de evitar prejuízos ao credor, deve permanecer no edital o valor anteriormente disponibilizado, qual seja, R\$ 60.029,50 (sessenta mil vinte e nove reais e cinquenta centavos), na Classe III – Credores Quirografários, eis que reflete o valor histórico das NF-e juntadas.

5) STÜRMER, CORRÊA DA SILVA, JAEGER & SPINDLER DOS SANTOS ADVOGADOS (processo administrativo TC 005/2016).

DO VALOR DECLARADO NO EDITAL PELA RECUPERANDA: O Edital previsto no art. 52, §1º, da LFR, com a relação dos credores, foi considerado publicado no dia 13/06/2016, findando o prazo para eventuais habilitações e ou divergências dos credores em 28/06/2016.

Não constam no edital da Recuperanda valores em favor do credor.

DOS DOCUMENTOS FORNECIDOS PELA CONTABILIDADE: A Recuperanda forneceu planilha de cálculo do contrato nº B53733143-1 do Sicredi, com saldo de R\$ 594.979,52; carteira de contratos junto ao Bradesco conta nº 20.234-7; Balancetes dos meses de Maio e Junho de 2016, com saldos dos exercícios de R\$ 67.451,81 e R\$ 90.784,92; além de planilhas de crédito em favor dos credores Ipiranga Prod. De Petróleo (crédito R\$ 60.029,50), CPX Distribuidora de Pneus (crédito R\$ 11.352,00) e Cantu Com. De Pneumáticos (crédito R\$ 17.749,99).

DECISÕES DE 1º E 2º GRAU: Não há decisões judiciais a respeito do crédito.

DA HABILITAÇÃO APRESENTADA: O credor apresentou habilitação, informando que o seu crédito é decorrente da fixação de honorários nos autos nº 028/1.15.0006748-9, no patamar de 10%.

Sustenta que o valor devido importa a quantia de R\$ 8.543,76 (oito mil quinhentos e quarenta e três reais e sessenta e seis

centavos) a título de honorários advocatícios para o presente credor.

Por fim, requereu a habilitação do valor de R\$ 8.543,76.

POSIÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL: Trata-se de habilitação quanto ao valor do crédito.

A presente habilitação é tempestiva, pois o Edital foi publicado em 13/06/2016, findando o prazo para eventuais habilitações/divergências em 28.06.2016, tendo o credor apresentado habilitação em 27/06/2016.

O credor sustenta que teve os honorários advocatícios fixados na inicial dos autos nº 028/1.15.0006748-9, no valor de R\$ 8.543,76.

Cabe ressaltar que, o arbitramento de honorários em 10% do valor da causa no despacho inicial do Juiz de 1º grau é ato equivalente a despacho ordinatório ou de mero expediente.

Portanto, os advogados, não têm em mãos um título de crédito líquido, certo e exigível, capaz de habilitá-los junto a Recuperanda, mas, tão somente “mera expectativa de direito”.

O percentual fixado inicialmente na execução, para pronto pagamento, é provisório, tornando-se definitivo tão somente se houver a satisfação da obrigação demandada de pronto.

Nesse sentido:

"Os honorários estabelecidos no despacho que determina a citação têm caráter provisório, para o caso de pronto pagamento. Estes são substituídos, no caso de interposição de embargos, pelos determinados na sentença" (TJSC, Apelação Cível n. 2007.050331-8, da Capital, rel. Des. Cid Goulart)".

Portanto, conclui-se que, os honorários advocatícios fixados para pronto pagamento restam prejudicados, face ao seu caráter provisório.

Ainda, mesmo nesta nova oportunidade de habilitação dos créditos, o credor não trouxe a prova da certeza, exigibilidade e liquidez do crédito objeto do presente incidente.

Dessa forma, esse administrador judicial não concorda com o pedido de habilitação, impugnando o valor de R\$ 8.543,76.

6) IMPORT DIRECT IMPORTADORA E COMERCIAL LTDA (processo administrativo TC 006/2016).

DO VALOR DECLARADO NO EDITAL PELA RECUPERANDA: O Edital previsto no art. 52, §1º, da LFR, com a relação dos credores, foi considerado publicado no dia 13/06/2016, findando o prazo para eventuais habilitações e ou divergências dos credores em 28/06/2016.

Não constam valores em favor do credor no edital da Recuperanda.

DOS DOCUMENTOS FORNECIDOS PELA CONTABILIDADE: A Recuperanda forneceu planilha de cálculo do contrato nº B53733143-1 do Sicredi, com saldo de R\$ 594.979,52; carteira de contratos junto ao Bradesco conta nº 20.234-7; Balancetes dos meses de Maio e Junho de 2016, com saldos dos exercícios de R\$ 67.451,81 e R\$ 90.784,92; além de planilhas de crédito em favor dos credores Ipiranga Prod. De Petróleo (crédito R\$ 60.029,50), CPX Distribuidora de Pneus (crédito R\$ 11.352,00) e Cantu Com. De Pneumáticos (crédito R\$ 17.749,99).

DECISÕES DE 1º E 2º GRAU: Não há decisões judiciais a respeito do crédito.

DA HABILITAÇÃO APRESENTADA: O credor informa que seu crédito é em razão da inadimplência do contrato de locação referente aos meses de janeiro a maio de 2016.

Informa que seu crédito corresponde ao valor de R\$ 152.821,41, requerendo assim a habilitação do valor.

Junta Matrícula do Imóvel nº 30.822, o contrato de locação datado em 07/02/2014 e o cálculo atualizado até 01/07/2016.

POSIÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL: Trata-se de habilitação de crédito.

A presente habilitação é intempestiva, pois o Edital foi publicado em 13/06/2016, findando o prazo para eventuais habilitações/divergências em 28.06.2016, tendo o credor somente apresentado habilitação em 01/07/2016.

Aduz o credor que seu crédito corresponde ao contrato de locação, que restou inadimplido os meses de janeiro a maio de 2016.

Analizando os documentos anexados, verifica-se que no registro da matrícula nº 30.822, refere a compra e venda do imóvel ao credor em 09/07/2015, representado pela Escritura Pública descrita no R 5-30.822. Junta ainda o contrato de locação, o qual foi pactuado em 07/02/2014.

Importante ressaltar o julgado da Corte Superior quanto a habilitação de valores relativos a cobrança de aluguéis:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETENCIA. PROCESSO DE RECUPERACAO JUDICIAL (Lei no. 11.101/05). ACAO DE DESPEJO C/C COBRANCA DE ALUGUEIS. DEMANDA ILIQUIDA. EXECUCAO. MONTANTE APURADO. HABILITACAO DO CREDITO NO JUIZO DA RECUPERACAO JUDICIAL. 1. Não ha óbice ao

prosseguimento da ação de despejo promovida em desfavor de empresa em recuperação judicial por constituir demanda ilíquida não sujeita a competência do juízo universal. 2. Por mais que se pretenda privilegiar o princípio da preservação da empresa, não se pode afastar a garantia ao direito de propriedade em toda a sua plenitude daquele que, durante a vigência do contrato de locação, respeitou todas as condições e termos pactuados, obtendo, ao final, decisão judicial - transitada em julgado - que determinou, por falta de pagamento, o Publicação Oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Lei no. Federal no 11.419/06, art. 4º Disponibilização: quarta-feira, 9 de março de 2016 Diário da Justiça Eletrônico - Caderno Judicial - 1a Instancia - Interior - Parte II São Paulo, Ano IX - Edição 2072 2321 despejo do bem objeto da demanda. 3. O crédito referente a cobrança de alugueis deve ser habilitado nos autos do processo de recuperação judicial. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no CC 133.612/AL, Rel. Ministro JOAO OTAVIO DE NORONHA, SEGUNDA SECAO, julgado em 14/10/2015, DJe 19/10/2015)

Dessa forma, considerando que todos os créditos vencidos e os vincendos estão abrangidos pelo plano recuperatório, segundo a dicção do art. 49 da Lei n. 11.101/05, “Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”, faz jus o credor a habilitação do crédito no quadro geral de credores.

Assim, concorda este administrador judicial com a habilitação do valor de R\$ 152.821,41 (cento e cinquenta e dois mil oitocentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos), na classe III – credores quirografários, na forma retardatária, eis que apresentado fora do prazo da lei.

3 – DA EXCLUSÃO DE ALGUNS CRÉDITOS

Foi excluído da recuperação judicial o crédito do BANCO BRADESCO S.A., relativo a Cédula de Crédito Bancário nº 0782983-3.

Por fim, foi indeferida a habilitação de Stümer, Correa

da Silva, Jaeger & Spindler dos Santos Advogados, no valor de R\$ 8.543,76.

4 - DOS REQUERIMENTOS:

Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência mandar publicar edital do parágrafo único do art. 53 da LFR (aviso aos credores sobre o recebimento do plano de recuperação, fixando o prazo para a manifestação de eventuais objeções) juntamente com o edital do art. 7º, §2º, ambos da Lei 11.101/2005.

Neste ato, o Administrador Judicial apresenta também, o Quadro Geral de Credores (anexo I), e sugestão de minuta do edital a ser publicado por esse r. Juízo (anexo II).

Nestes termos, pede deferimento.

Santa Rosa, 12 de agosto de 2016.

Genil Andreatta
Administrador Judicial